

Francisco Simões Pacheco Savoia

**COLABORAÇÃO
PREMIADA
e o
PRINCÍPIO DA
IMPARCIALIDADE**

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8050-9



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Emani de Carvalho Pacheco

Savoia, Francisco Simões Pacheco.

S268 Colaboração premiada e o princípio da imparcialidade./ Francisco Simões Pacheco Savoia./ Curitiba: Jurua, 2018.
 188p.

1. Delação premiada (Processo penal). 2. Processo penal. 3. Imparcialidade (Direito). I. Título.

CDD 345.05 (22.ed)
 CDU 343.1

00069

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS.....	19
1.1 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	19
1.2 DO SISTEMA DE PERSECUÇÃO PENAL	26
1.2.1 Os Sistemas Processuais Penais	27
1.2.2 O Sistema Processual Acolhido pela Ordem Jurídica Brasileira	31
Capítulo 2 A COLABORAÇÃO PREMIADA.....	35
2.1 CONCEITO, TERMINOLOGIA E NATUREZA JURÍDICA.....	35
2.2 O ASPECTO ÉTICO DA COLABORAÇÃO PREMIADA ...	39
2.3 A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA.....	44
2.4 O SISTEMA NORTE-AMERICANO: <i>PLEA BARGAINING</i> ...	47
2.5 A COLABORAÇÃO PREMIADA NA ITÁLIA	52
2.6 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COLABORAÇÃO PREMIADA NO BRASIL	59
Capítulo 3 DA COLABORAÇÃO PREMIADA NA LEI 12.850/2013	65
3.1 REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DA COLABORAÇÃO PREMIADA	65
3.1.1 Colaboração Efetiva	65

3.1.2	Voluntariedade	66
3.1.3	Confissão.....	67
3.1.4	Resultados	67
3.2	DOS BENEFÍCIOS DO COLABORADOR	69
3.2.1	Dos Benefícios Materiais	70
3.2.2	Dos Benefícios Processuais.....	71
3.2.3	Dos Benefícios da Fase de Execução Penal	73
3.3	PROCEDIMENTO.....	74
3.3.1	Negociação.....	75
3.3.2	Momento	77
3.3.3	Forma	78
3.3.4	Legitimidade	78
3.3.5	Homologação Judicial	81
3.3.5.1	Prisão preventiva e colaboração premiada...	84
3.3.5.2	Cláusulas abusivas.....	88
3.3.6	Sentença	91
3.3.6.1	Personalidade do colaborador, natureza, circunstâncias, gravidade, repercussão do fato criminoso e eficácia da colaboração....	92
3.3.7	Cooperação Jurídica Internacional e Colaboração Premiada.....	93
Capítulo 4 DIREITOS E GARANTIA DO COLABORADOR.....		95
4.1	CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL	95
4.2	DIREITO AO SILÊNCIO	98
4.3	DIREITO DE SER ASSISTIDO POR ADVOGADO.....	102
4.4	DIREITO SUBJETIVO DO COLABORADOR AO PRÊMIO E À GARANTIA DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	103
4.5	DIREITO DE NÃO SER PROCESSADO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	108
4.6	RETRATAÇÃO DA PROPOSTA E RESCISÃO DO ACORDO.....	111
4.7	DIREITO AO SIGILO DO TEOR DA COLABORAÇÃO..	114

4.8	DIREITO DE PROTEÇÃO AO COLABORADOR.....	119
4.9	PRESERVAÇÃO DE SUA IDENTIDADE NOS AUTOS...	120
4.10	DIREITO À REALIZAÇÃO DE NOVO ACORDO MES- MO APÓS DESCUMPRIMENTO DE ACORDO DE CO- LABORAÇÃO PREMIADA ANTERIOR	122

Capítulo 5 DIREITOS E GARANTIAS DO DELATADO.....125

5.1	CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.....	125
5.2	O VALOR PROBATÓRIO DO ACORDO DE COLA- BORAÇÃO PREMIADA.....	129
5.3	PROVA EMPRESTADA.....	132
5.4	RESPONSABILIZAÇÃO CÍVEL E CRIMINAL DO CO- LABORADOR.....	134

Capítulo 6 COLABORAÇÃO PREMIADA E A GARANTIA DA IMPAR- CIALIDADE.....137

6.1	DA GARANTIA DA IMPARCIALIDADE	137
6.2	A GARANTIA DA IMPARCIALIDADE E A REGRA DA PREVENÇÃO NO PROCESSO PENAL BRASI- LEIRO.....	149
6.3	A IMPARCIALIDADE DO JUIZ E O ESTUDO DE BERND SCHÜNEMANN ACERCA DA TEORIA DA DISSONÂNCIA COGNITIVA.....	156
6.4	A GARANTIA DA IMPARCIALIDADE E A PARTICI- PAÇÃO DO JUIZ NO PROCEDIMENTO DA COLABO- RAÇÃO PREMIADA PREVISTA NA LEI 12.850/2013.....	159

CONCLUSÃO165

REFERÊNCIAS171

ÍNDICE REMISSIVO.....177